



EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: UM ESTUDO DE CASO DO ACORDO VERDE EM JOÃO PESSOA-PB

Cícero Otávio de Lima Paiva (1); Lucas Andrade de Moraes (2);

*Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; (2) Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia da Paraíba – IFPB*

A educação não-formal tem sido reconhecida como aquelas atividades envolvendo ensino-aprendizagem fora do contexto escolar. Muitas pessoas em situação de vulnerabilidade social largam os estudos por necessidade e acabam com o passar do tempo voltando a estudar por meio da educação não formal. Nesse contexto estão inseridos muitos catadores de materiais recicláveis, e diante disso este trabalho tem como objetivo avaliar como os catadores do Acordo Verde de João Pessoa-PB se relacionam com o ensino não-formal e os impactos desse ensino nas vidas deles. Para condução da pesquisa far-se-á um estudo do tipo empírico, com abordagem indutiva e procedimento descritivo, através da observação direta. Na identificação geral dos catadores foi constatado que todos os catadores entrevistados não chegaram sequer a concluir o ensino fundamental, porém apesar de não terem concluído o ensino fundamental os catadores do Acordo Verde são todos alfabetizados, sendo que na própria cooperativa tem uma sala utilizada como sala de aula onde os catadores tem aula uma vez por semana por alunos de cursos de licenciatura de universidades locais. Tal realidade contraria o fato de que a Paraíba possui a segunda maior taxa de analfabetismo entre os catadores (39,8%) ficando apenas atrás de Alagoas que possui 41,3%. Apesar de informal o ensino na cooperativa Acordo Verde traz benefícios para situações diárias dos catadores, retirando os mesmos do maior índice de analfabetismo entre os estados do Nordeste, contribuindo para maior independência deles e redução de desigualdades.

PALAVRAS-CHAVE: Catadores; Educação não-formal; Analfabetismo; Acordo Verde.

INTRODUÇÃO

A educação não formal é usualmente definida como o processo educativo que existe fora do contexto escolar. Mas muito além disso trata-se da educação que forma cidadãos da mais diversas formas.

A educação não formal está presentes em diversos locais e por se tratar de uma educação fora do contexto escolar está presente nas ONGs, nos movimentos sociais, cooperativas dentre outros locais, e sobretudo forma sujeitos críticos independente de formação acadêmica e situação socioeconômica.



Paralelo a essa realidade, o catador de material reciclável é uma categoria que existe há um bom tempo, porém os mesmos eram esquecidos pelo Poder Público sempre ficando a margem da sociedade, não recebendo um tratamento humano, mas sub-humanos por suas condições, sendo também grandes vítimas de preconceito e discriminação, muitos destes deixam a escola muito cedo para se dedicar ao trabalho e auxiliar no sustento do lar.

Tal categoria é consequência de um sistema de acumulação do capital e de um processo de industrialização desigual, que atraiu grandes contingentes populacionais para as cidades, sem perspectivas de emprego para todos.

A luta pelos direitos dos catadores no Brasil se intensificou em 2001, com a criação do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. - MNCR.

Ao passar do tempo, com o advento das preocupações ambientais, bem como pela intensa luta dos catadores, estes passaram a ser vistos com outros olhos, isso por que eles se apresentam como defensores da vida humana saudável, preocupados com a preservação dos recursos naturais e da qualidade de vida.

Nesse contexto esse trabalho busca avaliar como os catadores do Acordo Verde de João Pessoa-PB se relacionam com o ensino não-formal principalmente verificando os impactos desse ensino nas vidas deles.

O local escolhido para a pesquisa qual seja: João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, está atualmente passando por um processo de regularização das associações de catadores em diversos bairros, o que torna a pesquisa de suma importância nesse local diante do contexto presente.

Ressalta-se que a discussão acadêmica sobre a temática dos catadores na Paraíba ainda é muito escassa, e apesar da grande mídia (portais, rádios e TV local) noticiar diversos acontecimentos relacionados aos catadores, poucos são os trabalhos acadêmicos que abordam o tema, o que justifica ainda mais a presente pesquisa.

METODOLOGIA

Como Método de Abordagem será utilizado o método indutivo, onde partiu-se de premissas particulares para alcançar conclusões gerais, nesse caso a partiu-se da situação dos catadores de uma cooperativa específica: Acordo Verde em João Pessoa-PB, para se chegar a conclusões de nível geral.

Métodos de procedimento: Nessa etapa existe uma maior concretização do trabalho por meio de procedimentos como:

a) monográfico que se daria pela particularização do tema, quando se questiona sobre os impactos da educação não-formal na vida dos catadores de material reciclável de João Pessoa – PB;

b) estatístico, ao analisar alguns aspectos da realidade social e generalizá-la em dados percentuais;

c) comparativo, ao realizar uma comparação dos dados colhidos para poder responder ao questionamento norteador dessa pesquisa;

d) observacional, ao observar o funcionamento do trabalho na cooperativa de catadores para poder verificar as condições de em conjunto trabalho dos mesmos.

Técnicas de pesquisa: A fase inicial do trabalho será centrada na documentação indireta. Essencialmente pautada na pesquisa bibliográfica, para se obter um maior embasamento teórico acerca da atual situação dos catadores de material reciclável; e também por meio da pesquisa documental – publicações parlamentares, documentos de arquivos públicos, estatísticas.

Em um segundo momento, a pesquisa será norteadada pela documentação direta, quando serão elaborados questionários e aplicados com os catadores de material reciclável de João Pessoa-PB, de modo específico os catadores da Cooperativa Acordo Verde, que irá avaliar como os catadores do Acordo Verde de João Pessoa-PB se relacionam com o ensino não-formal e os impactos desse ensino não-formal na vida deles.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação não formal é uma realidade presente hoje no Brasil, porém ainda são poucos autores que estudam a fundo o tema, ficando a educação não formal compreendida como aquela que acontece fora do contexto escolar, apesar disso educação não formal, como afirma Gohn (2011, p. 14), “não visa substituir ou competir com a educação formal [...]”.

A citada autora define a educação não formal como

[...] aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. (...) As práticas da educação não formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais (GOHN, 2014, p. 40-41).



Conforme pode-se inferir das palavras da autora a aprendizagem dos temas que são usualmente estudados na educação básica não são o foco da educação não formal, mas o objetivo trata-se sobretudo de formar cidadãos. “Na educação não-formal a cidadania é o objetivo principal, e ela é pensada em termos de coletivo”. (GOHN, 1999, p. 9)

Dessa forma Freire (2011) aponta que a Educação pode dirigir-se a dois caminhos: para contribuir para o processo de emancipação humana, ou para domesticar e ensinar a ser passivo diante da realidade que está posta. Assim, a educação deve também ter agentes que se posicionem diante da realidade, que optem pela construção de um saber comprometido com a maioria popular, ou que fiquem alheios a essas questões e contribuam para a manutenção das desigualdades.

A Cooperativa Acordo Verde, ou simplesmente o Acordo Verde, local dessa pesquisa, trata-se de um projeto desenvolvido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), que tem como órgão gerenciador a Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana (EMLUR) e é implementado junto com os catadores de materiais recicláveis e uma co-parceria da população na coleta seletiva; com um viés socioambiental, econômico e inovador, torna-se uma referência na prática de aperfeiçoamento na gestão devido a sua peculiaridade, bem como, um “importante instrumento de sustentabilidade” (SOARES, 2010), constituindo-se como uma das ações que minimizam o problema da disposição do lixo urbano no município tanto no contexto social como ambiental e, conseqüentemente, marca o início de uma nova fase na coleta seletiva nesta cidade, o Acordo Verde trata-se da cooperativa mais nova na capital paraibana, tendo como ano de fundação o ano de 2007, conforme explicado

O Acordo Verde se define como um instrumento de política pública, que une a necessidade de se viabilizar em torno da coleta seletiva na cidade, uma cultura ecoeficiente quanto ao manejo dos resíduos sólidos, à responsabilidade social, a promoção de melhores possibilidades de geração de renda e condições de trabalho dos agentes ambientais (antigos “catadores de lixo”). A estrutura e operacionalidade desenvolvida pelo programa Acordo Verde têm como suporte um “acordo” simbolicamente realizado entre o agente ambiental, os moradores dos bairros citados anteriormente, e a prefeitura municipal de João Pessoa, que através da EMLUR, oferece os recursos necessários à sua realização (SOARES, 2010).

Para a realização dessa pesquisa foram realizadas três visitas ao galpão dos catadores que fica localizado no bairro Jardim Cidade Universitária. A primeira visita teve o intuito apenas fazer uma apresentação, conhecer e deixar-se conhecer pelos catadores. A segunda visita foi realizada com o intuito de observar o trabalho dos catadores, acompanhando-os em alguns locais que eles realizam a retirada de resíduos sólidos, bem

(83) 3322.3222

contato@sinafro2018.com.br

www.sinafro2018.com.br



como o trabalho dentro do galpão. E por fim, na terceira visita foi realizada a aplicação de um questionário.

O questionário dividiu-se em três partes: uma parte de identificação geral, outra parte que tratava sobre o trabalho dos catadores e por fim uma parte que tratava da educação na vida dos catadores.

Inicialmente faz-se necessário entender um pouco sobre as Cooperativas e Associações que de acordo com Oliveira e Lima (2012, p. 1):

As associações e cooperativas de catadores são formadas a partir da situação de vulnerabilidade social dos seus membros. A maior parte dos catadores encontra dificuldades em conseguir empregos devido ao baixo grau de escolaridade, à idade avançada e a outros aspectos incompatíveis com as exigências do mercado formal. O trabalho na associação apresenta-se a essas pessoas como uma das poucas oportunidades de renda, cujo montante depende da capacidade de produção do coletivo. Dessa forma, eficiência e solidariedade parecem incompatíveis, ou seja, onde há eficiência não há solidariedade e, para haver solidariedade, não se pode exigir eficiência.

Tal entendimento dos autores corrobora com outro impacto positivo apontado pelos catadores, qual seja: que o trabalho na cooperativa é como um trabalho em família, onde sabe-se que a solidariedade entre eles é necessária para o crescimento em conjunto de todos eles.

Assim sendo verificando o trabalho dos catadores em associação pode-se perceber que a união desses trabalhadores os tornou mais fortes para enfrentar as adversidades. De fato, os catadores trabalhando individualmente são bem mais fracos, e menos representativos do que quando trabalham em conjunto.

Sobre sua rotina de trabalho os catadores apontaram que a rotina de trabalho deles é bem melhor e mais flexível trabalhando na cooperativa, eles trabalham uma média de 8h/dia de segunda a sexta, sendo que dessas 8h, 6h é o trabalho na rua/prédios e casas próximas a sede da cooperativa, e 2h dentro do galpão da cooperativa, além disso eles tem 2h de almoço no local de trabalho, refeição esta que é fornecida pela autarquia responsável pela limpeza urbana a EMLUR, durante o esse período que eles trabalham no galpão por vezes tem oficinas e aulas que são ministradas geralmente por pessoas ligadas as universidades próximas da cooperativa que são a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que atua de de forma esporádica, e a Universidade do Estado da Paraíba (UEPB) que atua de forma mais regular com aulas semanais dos alunos de cursos de licenciatura.

Um ponto fundamental na identificação geral foi que todos os catadores entrevistados não chegaram sequer a concluir o ensino fundamental,

porém apesar de não terem concluído o ensino fundamental os catadores do Acordo Verde são todos alfabetizados.

Tal realidade contraria o fato de que a Paraíba possui a segunda maior taxa de analfabetismo entre os catadores (39,8%) da região Nordeste ficando apenas atrás de Alagoas que possui 41,3% (IPEA, 2013). Apesar disso o IPEA (2013, p. 22) ainda aponta que: “Basicamente um em cada cinco trabalhadores possuem ensino fundamental completo nessa atividade. Nenhum dos estados da região possui um percentual acima da média nacional. A Paraíba, com 15,6%, apresenta o pior percentual”.

Um aspecto positivo relacionado a educação não formal no Acordo Verde é o fato dos catadores de materiais recicláveis se sentirem empoderados. Por causa da educação que recebem na cooperativa através das aulas e oficinas lá aplicadas os próprios catadores resolvem toda a parte burocrática, bem como lutam por seus direitos nos órgãos superiores competentes, além disso dão para os catadores capacidade de negociação junto aos atravessadores, uma vez que aqueles não se submetem mais a exploração destes, ficando a relação entre eles submetidas as regras do mercado dos catadores.

Sobre o empoderamento Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2014, p. 10) afirmam que “O processo de empoderamento é uma ação socialmente construída, intencional e dinâmica. Supõe o aprender a fazer, estimulando a participação. Além disso, empoderar os sujeitos, corresponde à preservação de direitos adquiridos, como também a aquisição de novos saberes”.

Schiavo e Moreira (2005) afirmam que empoderar indica a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência em relação à sua condição atual, com uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição social a ser construída. Além destes condicionantes, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a prática, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva

Meirelles e Ingrassia (2006, p.2) apontam que

[...] o processo de empoderamento adquire sua força quando assume uma perspectiva de classe social, dotando-se de um caráter profundamente transformador que permite ao indivíduo a partir da tomada de consciência de sua posição de classe, desprender-se, das amarras que lhes são impostas por sua própria consciência intransitiva ingênua

Um outro aspecto que pode ser relacionado a educação não formal no Acordo Verde é a redução das desigualdades.

O primeiro ponto da redução das desigualdades se dá pelo fato do trabalho com reciclagem inserir o catador num contexto de participação

social, trabalho e geração de renda, nesse contexto “a ‘reciclagem’ parece a ser o elo que une os três problemas centrais: geração de renda aos mais pobres, diminuindo a desigualdade social; controle e redução do volume de resíduos sólidos; e minimização dos impactos ambientais” (GUIMARÃES, 2018, p. 1).

A redução das desigualdades aparece como uma consequência do empoderamento. A partir do momento em que os catadores adquirem o conhecimento necessário para lidar com problemas do cotidiano e recebem uma renda, ainda que baixa, por seu trabalho.

É importante ressaltar que apesar das melhorias nas vidas dos catadores com a Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010, e a redução das desigualdades os catadores de materiais recicláveis ainda vivem em uma situação de vulnerabilidade social.

Um aspecto controverso quanto a questão do empoderamento e a redução das desigualdades e que os catadores ainda ganham muito pouco comparado ao trabalho que realizam, onde muitas vezes não conseguem nem atingir o patamar de um salário mínimo.

Diante desse fato é importante destacar que o salário mínimo é um direito fundamental e as garantias do salário são mínimas e essenciais. Pessoa (2008, p. 143) afirma que:

O plexo de garantias salariais inseridas nos incisos IV a VII do art. 7º deve ser entendido como direito fundamental do homem trabalhador, independentemente da sua condição de empregado. Com efeito, a natureza alimentar da remuneração paga ao trabalhador, qualquer que seja a espécie, conduz à conclusão de que essas garantias são mínimas e essenciais.

Assim sendo, independente de ser um catador de material reciclável os mesmos deveriam receber uma melhor remuneração para ao final do mês chegar ao menos em um salário mínimo, para conceder uma vida mais digna.

Ainda sobre a renda um dado que merece alerta é que os catadores da Paraíba tem a menor renda média salarial da região Nordeste de acordo com os dados do IPEA (2013).

Ainda sobre a renda dos catadores na região Nordeste o IPEA (2013, p. 16) verifica que:

Na região Nordeste, entretanto, esses valores estavam bem abaixo. A média da renda das pessoas envolvidas na atividade de coleta e reciclagem 2010 foi de R\$ 459,34 – cerca de 10% inferior ao salário mínimo nacional. O quadro síntese mostrado anteriormente aponta que a região apresentou o menor valor de renda média do trabalho entre os catadores e catadoras do país.

Esses dados revelam o quão frágil é a situação daqueles que vivem como catadores de material reciclável que apesar da rotina de trabalho dura chegam ao final do mês com cerca de

apenas 50% daquilo que atualmente é estipulado como salário mínimo nacional.

Por fim é interessante ressaltar que os catadores tem bastante conhecimento acerca da educação ambiental, diferentemente de algumas pessoas e instituições que são parceiras da cooperativa uma vez que eles revelaram que ainda tem dificuldade em relação a educação ambiental das pessoas, onde muitas não separam o lixo para eles, tendo muitas vezes eles próprios que separem o que é reciclável daquilo que não é.

Dessa forma através dos discursos deles percebe-se que eles têm consciência ambiental diante da profissão que exercem, mostrando que a educação ambiental não é algo necessário somente para as pessoas pobres, mas necessário para todos. Conforme Galli (2013, p. 64) reflete, “[...] mais do que melhorar a qualidade de vida dessas pessoas e extinguir o analfabetismo, é preciso acabar com o analfabetismo ambiental que atinge não apenas os pobres e excluídos”.

CONCLUSÕES

Os catadores de material reciclável constituem uma categoria que existe há bastante tempo, porém o seu reconhecimento como profissão aconteceu apenas recentemente, pouco mais de 10 anos, apesar de ser registrada no CBO, a profissão de catador não é acolhida por todos com a mesma dignidade que as demais profissões e um dos principais fatores disto é o fato de muitas vezes o profissional ser confundido com aquilo que ele trabalha, no caso dos catadores com o lixo.

Os catadores desempenham um papel muito importante na sociedade com o seu trabalho, contudo, eles não recebem o devido reconhecimento, sendo tratados por muitos como marginais, criminosos ou mendigos.

No Acordo Verde as práticas de educação não formal tem gerado impactos bastante positivos na vida dos catadores.

Inicialmente foi perceptível que zerou o número de analfabetos, indo de encontro as estatísticas gerais do estado da Paraíba e da Região Nordeste.

A educação não formal ainda possibilitou um empoderamento maior para os catadores de materiais recicláveis, fazendo deles sujeitos ativos dentro da cooperativa e da sociedade na qual estão inseridos, capacitando-os para atividades cotidianas burocráticas relacionadas a cooperativa, bem como seus direitos e deveres civis.



Como consequência disso temos uma redução ainda que de forma sutil nas desigualdade social e no preconceito que os catadores enfrentam cotidianamente.

A educação não formal também contribui para um aperfeiçoamento e profissionalização dos catadores, especialmente no que tange ao seu trabalho e a educação ambiental.

Por fim, é perceptível que apesar da educação não formal trazer aspectos positivos para a vida dos catadores ainda assim não é suficiente para retirar os catadores de uma situação de vulnerabilidade social uma vez que os mesmos continuam com uma renda abaixo da mínima nacional que por muitas vezes não consegue nem conceder uma vida digna para si e para a sua família. Dessa forma faz-se necessário a implementação de políticas públicas mais eficientes com o objetivo da inclusão social dos catadores e uma educação que permita ainda mais promover a emancipação socioeconômica deles.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Paz e Terra, São Paulo: 2011.

GALLI, Alessandra. **A educação ambiental, seu papel transformador e a nova política nacional de resíduos sólidos**. In: BECHARA, Erica (Org.). Aspectos Relevantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos: Lei 12.305/2010. São Paulo: Atlas, 2013, p. 142-159.

GOHN, M. G. M.. Educação Não Formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em Educação**, v. 1, p. 35-50, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativo do terceiro setor**. – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Gloria. Educação Não-Formal, novo associativismo e terceiro setor no Brasil. In: Reunião Anual da Assoc. Nac. de Pesquisa e Pós Graduação em Educação, 1999, Caxambú-MG. **Resumos 22a Reunião Anual da ANPED**, 1999.

Guimarães, Ricardo Delfino. **Reciclagem Elo que Une: geração de renda, redução da desigualdade social e minimização dos impactos ambientais**. 2018. Disponível em: <<https://www.cesvale.edu.br/reciclagem-elo-que-une-geracao-de-renda-reducao-da-desigualdade-social-e-minimizacao-dos-impactos-ambientais/>> Acesso em: 08 jan 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável: Região Nordeste**. Brasília-DF: IPEA, 2013.

MEIRELLES, M.; INGRASSIA, T. Perspectivas teóricas acerca do empoderamento de classe social. **Revista Eletrônica “Fórum Paulo Freire”**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-9, ago. 2006.



OLIVEIRA, Fabiana Goulart de; LIMA, Francisco de Paula Antunes. Eficiência e Solidariedade nas Associações de Catadores de Materiais Recicláveis. **Working Paper da WIEGO (Políticas Urbanas)**, n. 22 Fev de 2012.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva ;SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Flávia da Silva . O papel da educação e da cultura no empoderamento do idoso. In: **Anais... IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**, 2014, Porto. Políticas e práticas de administração e avaliação na educação ibero-americana. Recife/Porto: ANPAE, 2014. v. 18. p. 1-15.

PESSOA, Flávia Moreira Guimarães. **A tutela das relações de trabalho em sentido amplo por meio de hermenêutica constitucional concretizada dos direitos trabalhistas fundamentais e individuais**. In: MONTESCO, Cláudio José; FREITAS, Marcos Antônio; STERN, Maria de Fátima Coêlho Borges. Direitos sociais na Constituição Federal de 1988: Uma análise crítica vinte anos depois. São Paulo: LTr, 2008.

SCHIAVO, M. R.; MOREIRA, E. N. **Glossário Social**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SOARES, Cristiane Leal R. Riscos modernos, políticas reflexivas: a experiência da política sócio-ambiental, Acordo Verde, do município de João Pessoa/PB. **CAOS: Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 15, p. 3-88, mar. 2010. Disponível em: <www.cchla.ufpb.br/caos/n15/5%20artigo%20cristiane.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2017.